

Regulação do sistema financeiro

Nesta segunda (8) a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, que também é uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários, participou de uma entrevista transmitida ao vivo pelo jornal O Estado de São Paulo, que também contou com a participação do cientista político Prof. Dr. Moisés Marques e do diretor de Relações Institucionais, Trabalhistas e Sindicais da Febraban, Adauto Duarte.



A pauta abordada na entrevista foram as mudanças no Sistema Financeiro Nacional (SFN) e a necessidade de uma nova regulação que vise acabar com as atuais assimetrias regulatórias, fiscais e, sobretudo, trabalhistas.

Na sua explanação, Juvandia Moreira falou sobre os prejuízos, para os trabalhadores do setor financeiro e para a sociedade como um todo, das atuais assimetrias do SFN. “Estas empresas (cooperativas de crédito, instituições de pagamento e fintechs) fazem o mesmo que os bancos, mas com uma assimetria regulatória muito grande, tanto do ponto de vista trabalhista, como do ponto de vista fiscal. A jornada de trabalho de um trabalhador de cooperativa é, em média, 50% maior que a do bancário. A rotatividade em cooperativas e fintechs é muito maior. Nas fintechs, ficam em média 3 anos. Nos bancos, 10 anos. Nas cooperativas o salário é, em média, 50% menor que nos bancos. Fazem o mesmo, trabalham mais e recebem menos, com menos direitos”, explicou Juvandia, referindo-se aos prejuízos aos trabalhadores.

“Estamos lidando com instituições que não pagam os mesmos impostos, não tem o mesmo controle dos órgãos regulatórios e não possuem trabalhadores com uma carreira, com direitos assegurados. Os impactos disso são para o trabalhador e para a sociedade. Todo mundo perde quando olhamos no longo prazo”, acrescentou.

O diretor de Relações Institucionais, Trabalhistas e Sindicais da Febraban, Adauto Duarte, também defendeu uma regulação do SFN que coloque fim nas suas atuais assimetrias.

“Na prática, o que ocorre é que você cria uma série de diferenças com estas assimetrias. Se a legislação não acompanha a mudança, você terá um efeito, por exemplo, tributário. Se alguém paga mais tributo, prestando o mesmo serviço, isso se reflete no preço. Isso cria uma vantagem competitiva (...) O mesmo vale para a área trabalhista”, explicou Adauto, que pontuou ainda que é necessário atuar em três frentes para buscar corrigir as assimetrias: legislativo, executivo e judiciário.

- Leia esta matéria completa e assista a entrevista em nosso site -